

GRAÇA ABRANCHES *

DITOS, NÃO-DITOS E MITO **

«O aborto é filho do 25 de Abril»
D. Eurico Nogueira, Arcebispo Primaz de Braga

Ao tentar caracterizar a forma como entre nós se processou o debate sobre a despenalização do aborto, talvez a característica mais imediatamente aparente seja a de que se tratou, que se trata, de um diálogo de surdos — os interlocutores privilegiados neste debate, enquanto debate público, produziram na sua maioria, com maior ou menor agressividade, com maior ou menor coerência interna, utilizando uma retórica mais ou menos elaborada (frequentemente reduzida à mera tautologia), discursos paralelos. O que era, é, obviamente inevitável. Inevitável porquê?

Poderia dizer com Jorge de Sena «É impossível discutir seja o que for./ Se se tem razão ou não tem é totalmente indiferente:/ Ou se aceitam as regras do jogo,/ ou se muda de vida e de lugar». Ou precisar, com Jacques Lacan: «Aquilo a que se chama lógica ou direito nunca é mais do que um corpo de regras que foram laboriosamente ajustadas num momento da história convenientemente datado e situado com um carimbo de origem, *agora* ou *forum*, igreja, até partido». Sena e Lacan dizem afinal o que, de outra forma, aprendemos com Kuhn: a verdade e a prova não têm existência interteórica mas apenas intrateórica e o problema não se resolve pelo recurso à igualdade de referência — já que não há referência que não seja referência significada.

* Assistente da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

** Texto da intervenção no debate sobre o aborto realizado na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra em 1 de Fevereiro de 1984, com a participação dos Profs. Doutores Castanheira Neves e Figueiredo Dias e do P.º Dr. Rogério de Oliveira.

SOBRE O ABORTO

Produtos fragmentários de um trabalho comum de investigação incidindo sobre a análise de conteúdo da imprensa portuguesa relativo ao debate sobre a despenalização do aborto, os textos que a seguir se publicam nestas «Notas e Documentos» não se pretendem substituir às «conclusões» da nossa análise. Textos de intervenção, surgiram, com as virtudes e os defeitos da sua circunstância, o primeiro em resposta a um convite de participação num debate público, o segundo da vontade do Conselho de Redacção de produção de notas para uma reflexão sobre esta matéria.

Entendemo-los como a abertura de um dossier nas páginas desta revista, não como a palavra (provisoriamente) definitiva.

Graça Abranches
Virgínia Ferreira

Sem dúvida que, ao afirmar, *nestes termos*, a inevitabilidade de o debate que entre nós se travou a propósito da despenalização da interrupção voluntária da gravidez ser um diálogo de surdos estou a afirmar também a impossibilidade de consenso geral, não por qualquer má-vontade das várias partes que se fizeram ouvir, mas pelo carácter irreconciliável dos pressupostos de vários discursos em confronto. Que pressupostos? Os valores, as crenças, os modelos, os paradigmas, se quiserem. E os interesses. E as necessidades.

Será este aqui hoje, então, à partida, um diálogo de surdos? Necessariamente inútil?

Ficar-me pelo contentamento de as minhas artes retóricas vos virem eventualmente a persuadir da impossibilidade de certos consensos seria pouco — ou talvez não. Embora as «boas razões» — e há-as sempre — para optar por uma ou outra teoria, por uma ou outra posição, por uma ou outra fé, sejam *apenas* valores e traduzam *sempre* interesses, ou por isso mesmo, penso que poderia ser um exercício de alguma utilidade a desconstrução de alguns discursos ou, mais precisamente, de alguns dos seus processos semiológicos para nos, ou vos permitir reconstruir alguns dos seus pressupostos e não-ditos.

O tempo é pouco. A selecção não é imaculada — vou-me limitar a apontar um ou outro aspecto que poderá ser retomado, e a que se poderão acrescentar outros, no período do debate.

Em termos genéricos, e para além dos processos de mitificação específicos usuais nos vários discursos de poder, assistimos, neste caso, a um processo de deslocação mítica mais global. Estou aqui a usar *mito* na acepção barthesiana de um modo de significação específico (e não no sentido de «ideia» ou «conteúdo») — mito como sistema ideográfico puro, ou seja, de formas ainda motivadas pelo conceito que representam mas que não recobrem a totalidade significativa. A sua função é, não fazer desaparecer, mas ocultar, e o mito oculta pela naturalização. Isto é, o seu princípio primeiro é transformar a intenção histórica em natureza, a contingência em eternidade, apresentando-se como sistema factual de evidências quando não é senão um sistema semiológico e, portanto, um sistema de valores.

Em que sentido então será possível afirmar que se assistiu a um processo de mitificação global? Que a discussão da despenalização do aborto foi um *ersatz* de outras discussões, é um dado que creio nenhum dos intervenientes no debate contestará, pelo menos no que se refere aos discursos adversários. Sucederam-se as acusações de se estar a pôr em jogo outras ques-

tões, de o debate servir interesses e implicar adesão a valores que nada tinham a ver com «os factos» em análise. A circunstância, por certo não accidental, de a questão surgir com a apresentação à Assembleia da República, pelo Partido Comunista Português, de um projecto de decreto-lei, ou de um conjunto de três projectos, um dos quais visava a despenalização do aborto, condicionou, de várias formas, a discussão. Na perspectiva que de momento me interessa, tornou difícil o apagamento dos pressupostos políticos de uma opção neste domínio. Não impediu, no entanto, a sua deslocação. Ou seja, embora a posição que se tem sobre esta questão remeta para, e releve de um determinado modelo de sexualidade, e particularmente de sexualidade feminina, uma determinada concepção e hierarquização das funções sociais das mulheres, um determinado modelo de família e, portanto, um determinado modelo de sociedade, todos estes foram fundamentalmente pressupostos não-ditos. Porque a questão — e os seus pressupostos — era trivial e acessória perante as grandes questões políticas, económicas e sociais com que o país se debate? Foi esta a justificação implícita ou explícita de certas práticas — cito, porque extremos, o caso do MDP-CDE ao utilizar grande parte do seu tempo de intervenção na Assembleia para falar dos projectos importantes, sobre outras tantas matérias importantes, que apresentara à A.R., e o caso da nota do Episcopado português. Nota onde tal argumento parece tanto mais estranho, quanto é certo que foi a Igreja Católica, muitos séculos antes dos movimentos feministas do século XIX, quem claramente entendeu que o privado é social e político, quem — e o desenvolvimento das técnicas de confissão a partir do Concílio de Latrão em 1215 é disso sintoma evidente — exprimiu de forma mais articulada a noção da necessidade de intervenção na regulação das questões triviais da vida quotidiana, familiar e sexual, como área privilegiada da actuação normalizadora e disciplinadora do poder.

Regressando ao debate sobre o aborto. Uma forma de politização deslocada da questão consistiu em, depois de isolar este projecto do projecto relativo ao planeamento familiar — a junção dos projectos remeteria mais directamente para os pressupostos que antes referi —, identificar a defesa da despenalização do aborto com o «perigo vermelho». A esta «politização» segue-se a des-politização, ou o processo de neutralização já mencionado e que consiste na substituição da história pela natureza ou pela eternidade, e do socio-económico-político pelos princípios morais absolutos. Esta linguagem de eternização e imobilização reduz o problema à luta dos grandes princípios — está-se a favor ou contra as leis naturais, pró ou contra a vida,

até mesmo, nesta questão tão fisicamente radicada no corpo das mulheres, pró ou contra o Homem. Como disse um conhecido dirigente partidário na Assembleia da República, «ao discutir-se o aborto é o homem que deve estar acima de tudo».

Esta sucessiva redução maniqueísta, que vai apagando os próprios conflitos de doutrina interiores às várias posições, é acompanhada pela aplicação de um outro princípio retórico característico dos processos míticos: o «nemnismo». Reduzindo o real sucessivamente a análogos deslocados (legalização do aborto = comunismo = imoralidade comunista = mal = morte), constata-se a igualdade e rejeitam-se ambos (não serve *nem* um, *nem* outro). Se estou contra a morte, isto é, pela vida, estou contra a despenalização do aborto (e contra o comunismo, evidentemente).

No fundo, o ataque à despenalização do aborto foi — está a ser — uma «cruzada simbólica». O que está em causa é uma afirmação política global de poder (daí que a tautologia não seja defeito, mas surta efeito — de amplificação), independentemente das consequências que as leis aprovadas possam vir a ter nas práticas sociais e nas instâncias que as administram, controlam e regulam (talvez também porque — e esta é uma questão que sem dúvida interessará depois discutir — a mudança trazida pelo projecto aprovado seja, em termos de práticas e do seu controle, quase irrelevante).

A este aspecto de cruzada simbólica respondeu-se fundamentalmente remetendo para o referente: ou seja, com um discurso que se autodefine como prioritariamente pragmático, em que se enfatiza a «crua realidade dos factos». Esta estratégia, ao aparentemente esquecer que o referente é sempre um referente *significado*, ao colocar-se à partida fora da discussão dos modelos e dos pressupostos, contribuiu também, a seu modo, para a dificuldade de se estabelecerem equivalências inter-discursos. Não só o debate foi, assim, como de qualquer maneira seria, um diálogo de surdos, como se tornou impossível às mudas (e a alguns mudos) que ouviram confrontar, como se costuma dizer, alhos com bugalhos.

Adiantaria ainda que não é accidental que o debate em redor da questão do aborto tenha assumido, quase caricaturalmente, estas características. Adiantaria mais, que isto acontece por se tratar de um problema que afecta, de uma forma física e material, as mulheres. Verificamos, por exemplo, que os discursos provenientes de sectores que, reclamando-se de uma tradição liberal e «personalista», usualmente assentam a sua argumentação na intransigente defesa dos direitos individuais, entre os quais se encontra o controle e a liberdade do próprio corpo

e espírito, recorreram neste caso a uma retórica de legitimação que radica na defesa de interesses ditos «colectivos» (humanos e naturais) e de abstrações, a concretizar *selectivamente*, como «a Vida» — princípios estes que desta vez parecem não passar pela consideração das tão proclamadas garantias da «liberdade individual» da pessoa humana. Na aceitação implícita da afirmação de Van de Warker, em importante artigo científico de 1909, «os ovários da mulher pertencem à comunidade; a ela apenas compete a sua guarda e manutenção», às mulheres só obviamente como puro espírito é permitido o acesso àquela definição de pessoa, ou seja, Homem com letra maiúscula.

Acabei de citar um texto de um outro debate, de um outro lugar, de um outro tempo. Tentação várias vezes reprimida, mas justificável. Se não re-construí para vós os modelos de mulher pressupostos por vários dos discursos de que indirectamente ou directamente me servi, foi porque o exercício me pareceu desnecessário. O mito postula a imobilidade da Natureza. Quando, como no caso presente, a eternização remete tão directamente para *um* tempo, o passado, isso deve-se sem dúvida ao enfraquecimento da motivação do mito. O mundo andou. A gente mudou. Os modelos míticos de Eva e Maria, ou as suas versões domesticadas de mulher caída e fada do lar, perderam o seu valor operatório de resposta a problemas sociais concretos — reduziram-se a meros ideais museológicos esforçadamente mantidos como pressupostos modelares de certos discursos — ou debates.

Mas que dizem de tudo isto, qual a palavra das mulheres que abortam todos os dias, e continuarão a abortar neste país? Nem Evas, nem Marias, como a Mariana das *Novas Cartas* talvez digam: «E agora vou inventar a palavra desinteligente que é o que eu acho que sou por causa da confusão que me fazem as palavras e de estar sempre calada».

Palavra desinteligente mas plena, porque absorvida funcionalmente no fazer do mundo, não como o mito inicialmente política e finalmente natural, mas inicialmente política e finalmente política.

VIRGÍNIA FERREIRA *

(DES)PENALIZAR O ABORTO OU (DES)PENALIZAR
UM CERTO SEXO

1 — Nas sociedades ocidentais, o aborto tem sido, desde há cem anos, conjuntamente com as relações de trabalho, uma das questões que suscita posicionamentos mais apaixonados. Só o seu carácter eminentemente político pode justificar o acaso de tal contiguidade. O zelo com que as diversas forças políticas polemizam em torno desta questão não se deve ao facto de estar (ou deixar de estar) em causa o valor, dito supremo, da vida. É conhecido como os mesmos grupos se esquecem de revelar tal empenhamento noutras situações em que esse valor está em causa.

A justificação para o facto de certas forças políticas se sentirem tão ameaçadas com a despenalização/legalização do aborto reside na defesa ideológica de outros valores sociais, esses sim «supremos» e fundamentais para a estruturação da ordem social — a Família; a Maternidade; a Sexualidade (conjugal). A questionação da Maternidade (definida como conjunto de práticas reprodutoras biológicas e sociais) enquanto valor social em termos simbólicos representa uma ameaça para a legitimidade das hierarquias institucionais das sociedades actuais.

Vejamos, pois, como os modelos de sociedade, família e sexualidade se articulam no interior das estratégias discursivas polares sobre o aborto.

2 — No discurso dos opositores à despenalização do aborto, tributários da tradição liberal burguesa, perpassa toda a tensão gerada pela coexistência nele da *igualdade dos direitos*

individuais em geral e da *desigualdade social das condições de vida* dos indivíduos em particular. Procura-se a mistificação desta tensão através de um artifício — a existência de desigualdades sociais significa que a sociedade reconhece as capacidades próprias de cada indivíduo e, por isso, as recompensa diferentemente. Nega-se a existência de relações sociais criadoras de desigualdades: sendo as pessoas desiguais, por natureza, dá-se-lhes a oportunidade igual de realizarem a sua natureza desigual. A Sociedade é apresentada como um sistema hierarquizado de posições individuais em que cada um ocupa o lugar que merece. Neste sistema meritocrático utilitarista o critério de avaliação é social: as capacidades individuais serão reconhecidas porque equivalem a capacidades sociais.

A capacidade maternal é exclusiva das mulheres — é, aliás, a única determinante do seu (ir)reconhecimento social. Reconhecer o direito individual da mulher ao aborto será, assim, pôr em perigo a Família e, conseqüentemente, a Sociedade. O pressuposto será «se se destrói a *unidade familiar*, destrói-se a sociedade». Preocupação que releva de uma concepção orgânica de sociedade, cuja «unidade básica» é a Família. O elo privilegiado de ligação social é o poder paternal, garante do funcionamento da autoridade social — a família é entendida como uma estrutura hierarquizada numa autoridade ordenada em que o poder paternal *protege* a unidade familiar (doutrina da protecção; identidade de interesses entre marido e mulher). Ou seja, o estafado modelo de família (estafado na teoria e crítica sociais) em que nos continuamos a estafar quotidianamente, mesmo que a lei já de tal nos tenha desobrigado.

O individualismo liberal condena, deste modo, o aborto, em nome de uma certa ordem social, para o que terá de deixar cair os direitos individuais e de se escudar na invocação de princípios absolutos como o respeito pela vida, a universalidade da moral ou o valor da moral religiosa.

3 — Os elementos potencialmente revolucionários do projecto liberal na sua fase heróica tornaram-se conservadores na sua fase apologética. Um mecanismo dessa transformação foi o da naturalização, apresentando condições sociais de raiz histórica como naturais, universais, intemporais. «Conservar o ser sem o parecer» será intenção do liberalismo ao evidenciar uma completa dissonância entre a sua filosofia social e a sua política social. Daí que a estratégia de um tipo de discurso defensor da despenalização do aborto assente na reivindicação do reconhecimento dos direitos individuais, tentando obrigar os seus «antagonistas» ao cumprimento dos seus mais sagrados

* Assistente da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra.

princípios individualistas. Exige-se o alargamento do quadro liberal e reivindicam-se outros direitos das mulheres — o da liberdade de escolher e de controlar a própria reprodução (já que há também os direitos das crianças a uma vida em boas condições afectivas e sociais). Faz-se lembrar ao individualismo burguês que, na sua concepção, o primeiro direito da pessoa é a *propriedade* do corpo, vontade e capacidade próprias, sendo a auto-determinação e integridade corporais dos primeiros «direitos naturais» numa sociedade de indivíduos «iguais». Neste esquema bastará alargar às mulheres tal definição de pessoa.

O discurso reformador pretende deslocar o problema da invocação do respeito devido à Vida, considerada de forma abstracta, para a consideração devida a toda a pessoa concreta. A igualdade jurídica há que contrapor a autonomia das práticas dos sujeitos sociais confrontados com necessidades concretas derivadas de condições sociais, económicas e políticas concretas. «Liberdade de escolher» implica que os custos pessoais e sociais de cada uma das opções possíveis não sejam tão díspares que as pessoas «não tenham outro remédio senão optar livremente» por determinada solução.

Reconhece-se hoje que posições sociais distintas fixam necessidades diferenciadas — por isso se criam instituições especiais, mesmo que se designem por «subministérios das emancipações», como acontece na Dinamarca (ou «comissões da condição feminina»...). O direito ao aborto e o direito à contracção, associados à exigência da expansão de equipamentos colectivos de apoio às mulheres, são pragmaticamente considerados a «solução dos problemas das mulheres». Continuando a atribuir-se-lhes o cuidar das crianças como se tal fosse o «prolongamento natural» da sua capacidade de parir, deverá deixar-se às mulheres o poder decisório sobre o momento e as condições de exercitação dessa capacidade. Além de que o *ser capaz de* não obriga à *prática de*.

No discurso pragmático-reformador ressalta sobretudo a preocupação da normalização de comportamentos. A forma de pôr a questão como problema social veicula efectivamente a preocupação de racionalizar e controlar socialmente as práticas. Partindo da constatação dos factos (centenas de milhares de abortos clandestinos realizados na sua maioria em péssimas condições), verificada (e lamentada?) a ineficácia da repressão legal e condenação ética, haverá que criar uma lei adaptada aos costumes (cf. declarações de Beatriz Cal Brandão a *O Jornal* de 13.1.1984). Perante a inevitabilidade das práticas, a preocupação passará a ser a sua institucionalização controlada. O

aparelho médico surge como instrumento privilegiado dessa institucionalização. A transferência para o «especialista» do poder tradicionalmente assumido pela mulher ou pelo director de consciência é fundamental para a metamorfose do problema moral em questão social, deslocação só possível pela des-implicação da mulher como sujeito.

4 — Postulando a hipótese de a família surgir como instância natural(izada) de articulação entre o social e o individual, vejamos como as estratégias discursivas mencionadas convergem no lugar social que lhe atribuem.

Condenando o aborto, a salvaguarda do «bem comum» faz-se pela elevação da família a valor social fundamental. Valor que se traduz no máximo da permissividade consentida — a admissão do aborto terapêutico apenas no caso de uma família concreta poder ser destruída pela morte da mãe.

Por outro lado, no discurso pragmático que admite a inevitabilidade de práticas mais generalizadas de aborto, a salvaguarda dos interesses individuais passa pela elevação da família a lugar privilegiado de realização individual: família vista como o último reduto que «humaniza» e abriga os indivíduos do campo de batalha que é a vida pública. Daí o discurso preocupado com a eficácia social e individual do «bem-estar» e com a família «saúdável» e planeada que incorporou a racionalidade moderna formalizada nas categorias de meios e fins (no sentido weberiano). Daí a extensão da permissividade ao aborto terapêutico no sentido lato de saúde física e psíquica das mulheres, ao aborto eugénico e ao aborto ético (casos de violação ou incesto), ou seja, às situações em que a Família é posta em causa.

Em ambas estas posições encontramos o determinismo irreversível de pensar a família como o contexto natural da reprodução. Em ambas o equívoco entre capacidade de parir e capacidade de cuidar de crianças. Em ambas a aceitação da «naturalidade» da heterossexualidade conjugal.

5 — Decisões relativas à reprodução e ao aborto têm a ver não só com o «bem-estar» de mães e crianças, mas fundamentalmente com modos de sexualidade. Falar publicamente de questões tidas como «privadas» — tão privadas que mesmo em privado mal se fala delas — obriga ao cumprimento de certas regras. E estas são ditadas pelo «jogo legislativo». Falar-se-á então de aborto como «problema social» escamoteando as dimensões menos próprias para um debate em público. O deputado João Morgado viu a sua intervenção ser objecto de es-

cárnio precisamente porque violou esta regra (e não porque o seu modelo de sexualidade fosse fundamentalmente distinto do de muitos dos seus pares).

A linguagem moderna e pragmática que hoje se aplica à sexualidade (das mulheres) é uma linguagem tecnocrática de racionalidade e auto-aperfeiçoamento. Deixou de ser socialmente conveniente condenar a mulher à passividade e frigidez sexuais — o orgasmo simultâneo tornou-se mais uma das obrigações da mulher no casamento. Apresenta-se um modelo de sexualidade «saudável» padronizado por «especialistas» e «cientistas». O imperativo moral cede lugar à garantia científica.

Postulado fundamental deste discurso será a ideia de que o progresso científico e tecnológico revolucionou as práticas reprodutivas, e, portanto, a vida das mulheres. A urbanização e a industrialização criaram uma preferência económica por famílias mais pequenas e uma racionalidade mais secular na sua moral e mais orientada para o prazer. A relação com o próprio corpo que assim se postula é uma relação instrumental. Nesta instrumentalização dos corpos se funda o poder das profissões médicas.

Neste quadro rejeitam-se certos determinismos biológicos e com eles o argumento de que, sendo a gravidez um risco das relações sexuais, às mulheres não resta outra saída que não seja a assunção das responsabilidades das consequências do acto. Argumento este que continua a ser directa ou indirectamente utilizado por aqueles que se opõem à despenalização do aborto — e revelador de que a verdadeira questão é a sexualidade, não a Vida. Argumento ainda em que a gravidez emerge como castigo biológico (de um pecado?), tal como a cirrose e a obesidade o são para quem bebe ou come demais...

A intenção que presidiu a este alinhamento despreocupado de questões a propósito do debate sobre a despenalização do aborto foi a de relacionar Sociedade, Família e Sexualidade tendo em conta a observação de Michel Foucault — «a família é o cristal do dispositivo de sexualidade: ela parece difundir uma sexualidade que na realidade reflecte e difracta». Esta inversão do olhar tradicional levar-nos-à a indagar quais os mecanismos do controlo social que determinam a passagem, na sexualidade, do domínio eclesiástico para o domínio da medicina, da (i)moralidade para a (a)normalidade, da moral para a teoria social.